

CARAVANA DA CULTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO À PRODUÇÃO TEATRAL

Stephanie Leite Gomes¹
Jéssica Oggioni Gomes Ferreira²

Resumo: O presente trabalho busca fazer um breve panorama histórico em relação às soluções políticas encontradas para a democratização da cultura, mais precisamente o teatro brasileiro, a partir do projeto da Caravana Cultural. Idealizada por Pascoal Carlos Magno, a Caravana pretendia oportunizar às cidades do interior programações culturais e artísticas. A proposta consistia em viagens com cerca de 200 artistas para a realização das apresentações, permanecendo nas cidades durante um período de 24 horas. Esta ação possibilitou difundir a cultura hegemônica da época, incentivando assim que os moradores cobrassem de seus administradores públicos a construção de espaços voltados para produção artística e cultural local. Após a paralisação deste projeto devido ao Golpe Civil-Militar e a volta da democracia, é possível notar sua volta de forma mais potente em 2015, com o Ministro da Cultura Juca Ferreira. Naquele momento as Caravanas visavam ainda mais promover rodas de conversas sobre políticas públicas culturais. Diante disto, o artigo pretende discorrer sobre a influência das Caravanas na propagação e a impulsão do fazer teatral brasileiro, procurando entender a relevância da ocupação de teatros e dos diálogos com importantes nomes nas artes cênicas realizados a partir do projeto.

Palavras-chave: Caravanas de Cultura; Políticas Públicas; Artes Cênicas; Conselho Nacional de Cultura; Ministério da Cultura.

Introdução

O Conselho Nacional de Cultura, inicialmente criado por Getúlio Vargas em 1938 e recriado posteriormente por Jânio Quadros, possuía atribuições significativas na esfera da política cultural do país. A segunda fase do CNC, datada de 1961 a 1964, trazia entre seus projetos o Trem da Cultura, reorganizado posteriormente como Caravanas da Cultura, cujo ponto principal era a itinerância de bens culturais em cidades do interior, tidas como menos favorecidas culturalmente. Com o Golpe Civil-Militar de 1964 essas ações foram suspensas por período indeterminado.

Anos após o fim do Regime Militar, já com a democracia instaurada e governança com maior viés social, o projeto de Caravanas da Cultura foi reinventado. Funcionando ainda de forma itinerante, esse projeto passou então a levar diálogos

¹ Graduanda no curso de Bacharelado em Produção Cultural pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro. E-mail: stephanieleite.contato@gmail.com

² Graduanda no curso de Bacharelado em Produção Cultural pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jessicaoggioni.ferreira@gmail.com.

acerca de fazeres, saberes e bens culturais, numa tentativa de trazer autonomia para as regiões realizarem atividades que fossem de real interesse da população local, indo de frente então à proposta de 1963, que tinha como alicerce levar atividades culturais para regiões carentes desse bem.

As similaridades entre os dois projetos das Caravanas da Cultura se limitam a um mapeamento de bens e equipamentos culturais. O primeiro projeto era composto por um grande grupo que levava consigo representações culturais relevantes no eixo Rio-São Paulo. Já as Caravanas contemporâneas carregam representantes de órgãos como o Ministério da Cultura para dialogar com a população local e seus representantes culturais acerca de mecanismos de formação e fomento, num processo de aproximação entre os polos responsáveis, assim como diminuir os trâmites burocráticos que as leis de incentivo carregam.

Esse diálogo, bem como a aproximação dos responsáveis com os cidadãos locais, mostra um cuidado dos representantes do poder com as políticas culturais e as formas de fazeres culturais das localidades, ainda que ambos os projetos tenham sido descontinuados por alternâncias de poder. As Caravanas de Cultura de 1964 possuíram resultado considerável, contando ainda com um segundo projeto, porém foi descontinuada devido ao Golpe Civil-Militar que ocorreu na época. O projeto contemporâneo, por sua vez, possui registro até o ano de 2015, que antecedeu o *impeachment* presidencial de 2016.

Trem da Cultura / Caravana da Cultura

Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Cultura como sugestão do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema ao presidente da época, Getúlio Vargas. Este órgão visava coordenar as atividades relacionadas à cultura realizadas por esse Ministério para o acompanhamento das ações realizadas, a fim de verificar a necessidade de criação de um Departamento Nacional de Cultura. O CNC de 1938 tinha entre suas atividades “(...) cultivo das artes, (...) difusão cultural entre as massas através de diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.) (...) e por fim, a recreação individual e coletiva” (COSTA, 2011). Apesar do escopo do projeto ser bastante amplo, as atribuições no decreto de criação eram mais

fechadas, voltadas então para o levantamento de atividades realizadas no país. Não se sabe ao certo até quando esse Conselho teve atuação, ou se de fato funcionou. (DUARTE; DUARTE, 2014)

No ano de 1961 o então presidente Jânio Quadros criou o Conselho Nacional de Cultura, órgão diretamente subordinado ao presidente e que tratava de assuntos referentes às atividades culturais daquele período, que tinha como secretário geral Mário Pedrosa. A segunda fase do CNC era composta por seis comissões, com 5 membros - à exceção da Comissão Nacional de Cinema que possuía 9 membros -, com mandatos de dois anos e nomeados diretamente pelo Presidente da República. Os membros eram nomes de referência na área da cultura, sendo significativos para suas áreas e as Comissões Nacionais eram divididas em: Literatura, Teatro, Cinema, Música e Dança, Artes Plásticas e Filosofia e Ciências Sociais.

Algumas das principais atribuições desse Conselho eram referentes à:

elaborar um plano geral de política cultural e programas anuais para sua aplicação; estudar e opinar sobre todos os assuntos de natureza cultural que lhe forem submetidas pela Presidência da República; sugerir à Presidência da República medidas de estímulo à atividade cultural; proceder ao balanço das atividades culturais em todo o País, de caráter público ou privado, relacionando os órgãos e entidades que as exercem, para fim de coordenar a ação do Governo frente a todas as instituições culturais existentes, visando o maior rendimento de sua ação; propor ao Governo a reestruturação, ampliação ou extinção de órgãos culturais da União, a sua articulação dentro do plano geral de estímulo à cultura e a criação de órgãos novos para atender às necessidades de desenvolvimento cultural do País; apreciar, previamente, os programas de trabalho anualmente elaborados pelas Comissões criadas pelo artigo 2º, bem como decidir sobre quaisquer outras sugestões dessas Comissões; editar revista destinada à difusão das artes e da cultura e ao registro das atividades culturais em todo o País; estudar e desenvolver medidas no sentido da popularização da cultura, inclusive através da manutenção de estação emissora de rádio e televisão; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com órgãos dessa natureza para unidade e desenvolvimento da política cultural do País; articular-se com todos os órgãos culturais da União podendo requisitar deles o que necessitar para o cumprimento de suas atribuições. (COSTA, 2011)

Pouco tempo após a criação deste órgão, descobriu-se que havia outro órgão com o mesmo nome, e que este ainda estava registrado juridicamente, porém até a extinção em 1964 permaneceu sem resolução legal. Com mais atribuições e poderes para formular uma política cultural para o país, estava entre suas atribuições a formulação de um plano nacional de política cultural, além de programas para sua

aplicação e um levantamento das atividades culturais que eram realizadas no país, entre outras.

No ano seguinte à criação do CNC, o então secretário foi sucedido por Paschoal Carlos Magno³, que permaneceu no cargo até o golpe militar de 1964. Entre as ações realizadas pelo novo Secretário estava a criação do projeto do Trem da Cultura. Uma composição com 6 vagões dedicados a expressões artísticas e culturais, dentre pintura, arquitetura, história, música, literatura, ciências, teatro e dança. Esse trem seguiria pelos trilhos, saindo do Rio de Janeiro rumo a São Paulo, realizando paradas em cidades ao longo do percurso. Junto com os vagões-galeria também viajariam artistas responsáveis pela realização de espetáculos/aulas para adultos e crianças nas paradas. O projeto idealizado em 1962 foi aprovado com seu orçamento total, porém nunca saiu do papel. Segundo Monike Garcia Ribeiro (2011) aponta, o Trem da Cultura não foi a frente não por questões políticas, mas por “indiferença dos dirigentes da rede ferroviária”, segundo transcrição de entrevista dada pelo próprio Paschoal à revista VEJA.

Com o projeto inicial boicotado, o então Secretário criou a Caravana da Cultura. Desenvolvido entre 1963 e 1964, o projeto visava transportar expressões artísticas e atividades culturais para além do eixo Rio-São Paulo, através de um grupo itinerante composto por 200 integrantes, trazendo as mais diversas atividades. Esse grupo passaria um período de 24 horas em cidades do interior, trazendo atividades das mais diversas expressões artísticas, entre “espetáculos de teatro e de bailado, de ópera e de música (clássica e popular), de danças típicas, de fantoches, (...), acompanhadas por palestras e conferências.” (COSTA, 2011). Além das mostras, a Caravana também disponibilizava livros às bibliotecas das cidades, além de entregar discos de música erudita e MPB às rádios. Em troca, as cidades deveriam oferecer hospedagem para os membros, algumas inclusive vieram a decretar feriado no dia em que receberiam as atividades.

A segunda fase do projeto contaria com grupos menores, distribuídos de forma que as cidades receberiam atividades concomitantes, facilitando também a locomoção desses integrantes e a continuidade do mesmo, encerrando a peregrinação no I Seminário de Cultura na Fazenda Nova, próximo a Caruaru, em Pernambuco. Essa fase

³ Animador, produtor, crítico, autor e diretor. Personalidade fundamental na dinamização e renovação da cena cultural brasileira.

estava prevista para 1964, porém foi suspensa junto com todas as atividades relacionadas ao Conselho Nacional de Cultura, em decorrência do golpe civil-militar que tomou o país.

Em relatório preliminar divulgado, estima-se que aconteceram 174 espetáculos para crianças e 20 para adultos, 26 toneladas de livros foram distribuídos entre liceus e bibliotecas, aproximadamente 4.000 discos foram entregues às rádios locais e ainda houveram 134 assinaturas anuais de dez publicações de arte ou literatura concedidas, compradas com recursos do Conselho Nacional de Cultura. Um projeto grandioso, com o intuito de levar cultura erudita de relevância econômica e social, principalmente com nomes reconhecidos no Rio de Janeiro, que até 1960 era a capital do país, para cidades do interior que não possuíam acesso à cultura hegemônica.

A distribuição de música erudita, a colaboração de entidades como o Museu de Belas-Artes e Cinemateca de São Paulo, referências trazidas de galerias de Londres e museus da Polônia, além de experiências de países como França, Itália, Alemanha e Rússia e exposições artísticas e de arquitetura levadas do Rio de Janeiro para o interior do país denotavam o que era considerado então cultura, tanto para Pachoal quanto para João Goulart, presidente da época. Enquanto projeto para mapear equipamentos culturais, levar os moradores a pressionar e questionar os representantes locais quanto a criação de novos equipamentos e cursos de especialização em linguagens artísticas e a itinerância de atividades culturais, a intenção era legítima.

A volta das Caravanas

Após a década de 60, o momento em que a Caravana de Cultura foi realizada com mais intensidade foi no ano de 2015, quando na presidência estava Dilma Rousseff e Juca Ferreira estava como Ministro da Cultura. Era possível notar ações em diversas regiões do Brasil que refletem até os dias de hoje em relação a políticas públicas voltadas para cultura. A Caravana acontecia com, no mínimo, um dia inteiro de programação envolvendo apresentações artísticas, lançamento de editais, inauguração de espaços e debates, contando com a presença de membros do poder público e população civil.

Ainda pensando na descentralização dos debates e ações culturais, a Caravana da Cultura percorreu regiões do Brasil promovendo temáticas que envolvem não apenas o campo das artes, mas também da cultura como um todo, discutindo maneiras de viabilizar a construção de novos equipamentos culturais, políticas públicas locais e uma democratização de acesso para a população. O evento acontecia em Museus, Casas de Cultura, Teatros, Fóruns, entre outros espaços que pudessem receber uma grande quantidade de pessoas para possibilitar estes diálogos.

Entre as ações realizadas também estão a desconcentração de recursos, pois a partir das rodas de conversa e capacitação de produtores culturais locais, os agentes e empreendedores das regiões conseguiam tirar dúvidas e entender melhor sobre os processos dos editais de fomento e, assim, a Caravana garantiria o avanço no fazer cultural, bem como o crescimento da renda daquele local. Através dessas rodas, eram encontradas maneiras de diminuir os trâmites burocráticos dos editais e da realização de projetos, possibilitando uma maior participação da população neste campo e, conseqüentemente, viabilizando novas ações por novos agentes.

Apesar de nos últimos anos não haver muitas notícias e intervenções da Caravana de Cultura, ainda é possível notar marcas dessas ações, como no site da prefeitura de Belo Horizonte, em Minas Gerais, que publica:

Os frutos das Caravanas já puderam ser observados quando, pela primeira vez, em 2018, todos os 40 territórios de gestão compartilhada que compõem o Município apresentaram propostas e todas as regionais receberam um mínimo de 4% dos recursos. “Isto é da maior importância para a eficiência da política pública. A Caravana tem trazido avanços significativos para os nossos editais. Na última edição do Descentra, 76% dos empreendedores nunca haviam aprovado projetos, por exemplo, e grande parte deles participou dos treinamentos”, destaca Beltrão. (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019)

A atuação da Caravana de Cultura tinha um caráter evolutivo que traria ainda mais resultados positivos tanto para a população quanto ao poder público, seus desdobramentos ocorreriam a longo e curto prazo que resultariam em efeitos sólidos, mas só seriam possíveis através do prosseguimento e incentivo do governo atuante.

Para o biênio 2018-2019, em caráter inédito, os editais da modalidade Incentivo Fiscal e Fundo foram separados. Com esta diretriz aprovada pelo Conselho Municipal de Política Cultural (Comuc), o processo de inscrições pôde ser simplificado, as regras e os demais procedimentos de participação se tornaram mais claros e o resultado é fruto de um intenso trabalho de aperfeiçoamento destes mecanismos, bem como de uma maior mobilização por meio da Caravana da Cultura, iniciativa que vem percorrendo centros

culturais em todas as regionais do município para apresentação dos editais e treinamento dos proponentes. (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019)

Caravanas da Cultura e o fazer teatral brasileiro

A idéia de promover o acesso a diversos formatos de arte desde seu princípio possibilitou que houvesse uma descentralização da produção cultural e consequentemente a descentralização das artes cênicas que, assim como os demais fazeres artísticos, possuía atuação nitidamente mais forte no Rio de Janeiro e São Paulo. As artes cênicas tinham seu espaço para ser ocupado tanto nas Caravanas de Cultura que foram realizadas, quanto no projeto que não ocorreu por conta do Golpe Militar, além do Trem da Cultura.

Estes projetos propiciavam não apenas que a população das cidades do interior tivessem acesso a essas artes, mas também a circulação e divulgação de trabalhos teatrais brasileiros, com suas temáticas, formas de fazer e artistas. No Trem da Cultura, por exemplo, haveria um vagão próprio para este tipo de linguagem, recebendo o Serviço Nacional de Teatro, obras de Martins Pena, “Os Comediantes” e Teatro do Estudante.

Essas escolhas não foram sem razão, pois cada elemento tem grande contribuição para a produção teatral do Brasil. O Serviço Nacional de Teatro, além de construir teatros e espaços para estas apresentações, foi um grande incentivador de grupos amadores e a produção de teatros nacionais, ele dava suporte a companhias e estimulava a construção de peças para público de todas as idades. A presença do SNT poderia ser uma forma de contribuição para o fazer artístico do local que visitava, promovendo um pensamento de que aquele lugar não precisava apenas receber trabalhos de outros estados, mas também começar a investir nas produções locais para seus crescimentos e depois possivelmente sua circulação.

Pascoal Carlos Magno, Secretário-Geral que idealizou o projeto de percorrer o Brasil promovendo o acesso às produções culturais e foi de extrema relevância no contexto cultural da época do início da década de 60, era muito envolvido na área do teatro, pois além de diretor teatral foi fundador do Teatro do Estudante do Brasil, não estando por acaso neste mesmo projeto. O TEB teve a iniciativa de reunir estudantes e amadores para pensar e fazer teatro de uma nova forma e tem ligação direta com a

ideologia do projeto da Caravana/Trem da Cultura por também ter seu momento itinerante, quando Pascoal faz de 15 caminhões teatros ambulantes, tirando os trabalhos dos lugares fechados para começar a ocupar espaços públicos.

Apesar de inicialmente ser conhecido como grupo amador, Os Comediantes são de extrema importância para a história do teatro brasileiro, pois a partir do encontro do texto de Nelson Rodrigues e a direção de Ziembiski a montagem de Vestido de Noiva se tornou histórica e um marco na trajetória da produção teatral do Brasil. O panorama nacional mudou, iniciando o período da modernidade. As obras do grupo fizeram parte deste conjunto utilizado pela Caravana de Cultura, viabilizando diferentes possibilidades de trabalhos, disponibilizando alternativas para o público, além ter se tornado uma grande referência nacionalmente.

Martins Pena é considerado o primeiro dramaturgo que ganhou destaque no Brasil, conhecido também por suas comédias de costumes, as temáticas que abordava até os dias de hoje podem ser trabalhadas com os contextos atuais da sociedade. As comédias de costumes, apesar de serem utilizadas como referências para falar de Martins, não foram o único tipo de escrita, ele escreveu outros gêneros como dramas e farsas. Sua gama de possibilidades, bem como seu reconhecimento, possivelmente foram motivos para que as obras de Martins Pena estivessem no conteúdo trabalhado pela Caravana/Trem da Cultura, pois não bastaria apenas promover produções de um tipo de teatro e uma referência brasileira, mas outras alternativas e conhecimento histórico sobre os trabalhos brasileiros.

Durante a primeira e única vez que a Caravana da Cultura foi realizada, com o transporte de mais de 200 artistas com uma caravana de cinco ônibus e carros particulares, durando cerca de um mês de viagens segundo registros, foram apresentados quase 200 espetáculos, sendo mais de 170 voltados para o público infantil. Essas ações, além de ser uma maneira de entretenimento, auxiliaram na formação de platéia e contribuíram para o exercício de interpretações das crianças e, futuramente, auxiliariam na formação de visão crítica sobre a sociedade em que vivem. O projeto, em apenas um mês, conseguiu alcançar um grande número de pessoas e teria potencial para chegar em mais cidades e mais indivíduos, caso conseguisse permanecer atuante.

Em suas mais recentes ações, a Caravana de Cultura percorreu diferentes regiões do Brasil, mas dessa vez em um formato diferente. No ano de 2015, quando o Ministro da Cultura era Juca Ferreira, durante as Caravanas ocorriam diversos tipos de apresentações artísticas, entre elas, apresentações teatrais abordando temas de relevância social e cultural, como o caso de Recôncavo Baiano, onde houve uma apresentação teatral sobre a história da escravidão, ocorrendo na Casa do Samba.

Além das apresentações eram realizadas rodas de conversas para discussões acerca de políticas públicas para o setor cultural, métodos e necessidades para executá-las. Estavam envolvidos nesses debates gestores, produtores e artistas locais, assim como membros de importantes instituições que envolvem o meio cultural e artístico, como o caso da Fundação Nacional das Artes (Funarte) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A Caravana de Cultura feita em Minas Gerais contou com a presença de Léo Lessa, o então diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte. Membros dessas instituições junto com Ministro e Secretário de Cultura faziam parte de uma roda de conversa junto à população, fortalecendo a participação popular nos assuntos políticos culturais públicos.

Essas rodas de conversas, grande parte das vezes, ocorriam em teatros das cidades, promovendo uma ocupação daqueles espaços, além da inserção da população neles, fortalecendo assim a ligação entre o público e o equipamento cultural, visto que muitas vezes não existe uma relação de pertencimento em relação àquele lugar. Entre os teatros utilizados estavam Teatro Dona Canô, no Recôncavo Baiano, Bahia; Teatro Vila Velha e Teatro Castro Alves, em Salvador, Bahia; Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Boa Viagem, Niterói, Rio de Janeiro; Teatro Arthur Azevedo, no Maranhão; Teatro Francisco Nunes, em Minas Gerais, entre outros.

Considerações Finais

O acesso a equipamentos culturais, bem como a possibilidade de produções artísticas e culturais pela e para a população são responsabilidades do setor público. Em muitos momentos desde o governo de Vargas, quando Gustavo Capanema era Ministro, são notórias as tentativas de ações que envolvem o campo da cultura para viabilizar discussões e ações para a área, como o Conselho Nacional de Cultura.

Inicialmente o Trem da Cultura, e posteriormente a Caravana de Cultura, foram projetos que tinham como objetivo o diálogo com produtores, agentes, artistas, gestores de regiões distantes do centro de São Paulo e Rio de Janeiro, que naquela época eram as maiores referências de produções culturais e onde mais eram feitos investimentos. Estes diálogos, em formas de apresentações/exposições de artes ou rodas de conversas, realizados entre as cidades e o setor público, contribuíram para democratização de acesso e abertura para realização de projetos dessas localidades.

Considerando que as artes cênicas, mais precisamente, o teatro brasileiro, também teve seu auge nestas cidades da região sudeste, a Caravana da Cultura foi uma forma de popularizar e propiciar a realização dessas ações artísticas em outros lugares, evidenciando as criações brasileiras. A presença de membros da Funarte, bem como a utilização de teatros para a realização dos eventos, além de proporcionar o estreitamento da distância entre o poder público, os produtores locais e a população, impulsionou o fazer cultural e artístico do local, além de provocar uma sensação de pertencimento sobre aquele espaço.

Em seus dois momentos de culminância, nos anos de 1963/1964 e 2015, a Caravana da Cultura promoveu grandes mudanças na vida da população nas periferias nas cidades, mas depois de ambos os momentos foi interrompida por motivo de tomada de poder. Após a alternância forçada de poder no ano de 2016, não foi encontrada documentação que indique haver continuidade dos projetos das Caravanas de Cultura de forma ampla, como havia ocorrendo em governos democráticos, de forma similar ao que ocorreu com o primeiro projeto de Caravanas de Cultura de 1963, tendo sido descontinuada após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Diante do exposto, é possível observar a dimensão e efeitos que as Caravanas causaram na sociedade, na democratização do fazer teatral e como elas geraram consequências em diferentes prazos e proporções. O não prosseguimento e a não realização de novos projetos que buscam o mesmo objetivo acarretam no retrocesso de trabalhos já iniciados e não possibilita a realização de novos em sua totalidade e melhor forma, prejudicando as manifestações do que mais caracteriza a identidade brasileira, a cultura.

Referências

"Luís Carlos Martins Pena" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2019. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/biografias/pena/>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

ALVES, Jéssica. Ministério realiza caravana cultural e discute políticas para o setor no AP. G1, Amapá, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/06/ministerio-realiza-caravana-cultural-e-discute-politicas-para-o-setor-no-ap.html>> Acesso em: 8 dez. 2019

ASCOM. Ibram anuncia tema da Primavera dos Museus deste ano. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/caravana-da-cultura/>> Acesso em: 8 dez. 2019.

BRASIL, Cristina Índio do. Ministério lança editais para incentivar projetos culturais em municípios. [S. l.], 5 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2015/08/ministerio-lanca-editais-para-incentivar-projetos-culturais-em-municipios>> Acesso em: 8 dez. 2019.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura)

CAMPANERUT, Camila. MinC realiza Caravana da Cultura na Baixada Fluminense. [S. l.], 4 ago. 2015. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/minc-realiza-caravana-da-cultura-na-baixada-fluminense/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COELHO, Cecília. Casa do Samba em clima de festa para receber a Caravana da Cultura. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/casa-do-samba-em-clima-de-festa-para-receber-a-caravana-da-cultura/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COELHO, Cecília. Em Cachoeira (BA), Juca Ferreira defende uso integrado do patrimônio histórico. [S. l.], 13 maio 2015. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/em-cachoeira-ba-juca-ferreira-defende-uso-integrado-do-patrimonio-historico/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COELHO, Cecília. Patrimônio material e imaterial é foco de Caravana da Cultura na Bahia. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/patrimonio-material-e-imaterial-e-foco-de-caravana-da-cultura-na-bahia/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COMUNICAÇÃO, Assessoria de. “Política cultural só se faz com participação social”, diz Juca Ferreira em Caravana da Cultura. [S. l.], 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/politica-cultural-so-se-faz-com-participacao-social-diz-juca-ferreira-em-caravana-da-cultura/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COMUNICAÇÃO, Assessoria de. Diálogos em Rede chega a Salvador em busca de maior participação social. [S. l.], 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/dialogos-em-rede-chega-a-salvador-em-busca-de-maior-participacao-social/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COSTA, Lilian Araripe Lustosa da. **Política cultural e a atuação do Conselho Nacional de Cultura (1961- 1964)**. II Seminário Internacional Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_LilianAraripeLustosa_da_Costa_Politica_cultural_e_a_atuacao_do_Conselho_Nacional_de_Cultura.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

DUARTE, Maria Eunice; DUARTE, Renata. **Conselho Nacional de Cultura x Conselho Federal de Cultura: Uma análise comparativa dos colegiados**. História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.

GONZAGA, Karine. Praça CEU de Macapá recebe a Caravana da Cultura. [S. l.], 29 jun. 2015. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/praca-ceu-de-macapa-recebe-a-caravana-da-cultura/>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

MINAS Gerais recebe a quarta edição da Caravana da Cultura. [S. l.], 8 maio 2015. Disponível em: <<http://www.ptmg.org.br/minas-gerais-recebe-a-quarta-edicao-da-caravana-da-cultura/#.Xe3hOuhKjIV>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

MINISTÉRIO da Cultura realiza caravana cultural no Maranhão. [S. l.], 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://culturadigital.br/mincnordeste/2015/03/23/ministerio-da-cultura-realiza-caravana-cultural-no-maranhao/#more-13827>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PREFEITURA lança novo Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. [S. l.], 31 maio 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-novo-edital-da-lei-municipal-de-incentivo-cultura>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

RIBEIRO, Monike Garcia. **Trem da Cultura**. Revista IHGB, vol. 455, Rio de Janeiro, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-455/item/108279-trem-da-cultura.html>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

RIBEIRO, Monike Garcia. **Um estudo de caso de Política cultural na História do Brasil Contemporâneo: Paschoal Carlos Magno (1962-1964)**. O Olho da História, n. 16, Salvador (BA), julho de 2011. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/monike-2.pdf>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

TEATRO do Estudante do Brasil (TEB). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399337/teatro-do-estudante-do-brasil-teb>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

VESTIDO de Noiva. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento399276/vestido-de-noiva>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.

VILARINHO, Sabrina. "Martins Pena "; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/literatura/martins-pena.htm>>. Acesso em: 08 de dez. de 2019.